

O papel do arquiteto na produção de HIS em comunidades tradicionais: o caso do quilombo Santa Cruz

Éliton Renan Kutas

Petarq - UFSC

Isamara Gabriela de Souza Pinto

Petarq - UFSC

Emanoeli Moreira

Petarq - UFSC

Samuel Steiner dos Santos

Petarq - UFSC

Resumo

Através do relato da experiência de extensão universitária junto a comunidade remanescente do quilombo Santa Cruz, em Santa Catarina, o presente artigo busca refletir sobre a prática da arquitetura e do urbanismo em contextos específicos e, por consequência, contribuir com novas experiências em comunidades tradicionais. Para isso, são apresentados os caminhos de elaboração do projeto arquitetônico participativo, bem como a sua viabilização através do PNHR e efetivação por meio de um arranjo institucional específico. É adicionado à reflexão, ainda, o processo de execução das moradias e os conflitos que a delinearão. Por se tratar de uma experiência em andamento, apresenta, portanto, reflexões parciais acerca do papel do arquiteto e urbanista nas especificidades do trabalho participativo em comunidades tradicionais. Assim, evidencia-se a relevância de entender a comunidade a partir da vivência, aprendendo e respeitando suas lógicas próprias. Também trata da importância do envolvimento de diversos agentes, dentre os quais o arquiteto, que desempenha uma função mediadora do processo e não centralizadora de decisões. E, ao conhecer um pouco mais desta realidade, conclui-se que o trabalho não se encerra na finalização do projeto, mas que deve ser continuado, a fim de atender às dinâmicas locais.

Palavras-chave: Quilombo; PNHR; HIS; projeto participativo; canteiro de obra; Santa Cruz

Introdução

Nas interpretações sobre o papel do arquiteto na concepção e produção arquitetônica e sua atuação na sociedade, realizadas desde a década de 1960, por autores como Artigas (1989) e Ferro (1976), resiste uma visão crítica sobre o lugar do projeto e sua conexão com o canteiro, os modos de produção, os diferentes atores e interesses, a relação com as demandas concretas dos futuros usuários e as formas de contrapor as desigualdades sociais e espaciais presentes nos espaços urbanos do país.

Existe também, uma análise consistente nas obras de Bonduki (1994) e Valladares (1993)⁴ a respeito dos limites das políticas públicas de produção habitacional para os segmentos de baixa renda, que desde o período de funcionamento do Banco Nacional da Habitação têm sido criticadas pela homogeneidade das soluções, baixa qualidade arquitetônica e urbanística e inserção urbana periférica, que colabora para a segregação socioespacial.

Nos anos 2000, através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), inicia-se um novo ciclo de grandes investimentos públicos em habitação. Parte das críticas de períodos anteriores reapareceu: baixa qualidade arquitetônica e urbanística, produção massificada e homogênea, descolamento entre a prática projetual e canteiro, reprodução de circuitos de exploração da mão de obra e acumulação de capital nas mãos de construtoras e empreiteiras, inserção urbana precária e produtoras de novas frentes de periferização da pobreza. As obras de Cardoso (2013)⁵ e Silva (2015)⁶ problematizam estas questões.

Uma das novidades deste novo ciclo diz respeito ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que reconhece formalmente a



Figura 1. Comunidade Santa Cruz. Acervo do autor.

necessidade de políticas habitacionais para as comunidades tradicionais como pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores, comunidades quilombolas e indígenas. Entretanto, produzir moradia para estes povos tradicionais, nos moldes restritos definidos pelo PMCMV tornam ainda mais dramáticas algumas das problemáticas anteriormente apontadas.

Com o intuito de refletir sobre estas questões, este trabalho tem como objeto de análise a extensão universitária desenvolvida pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) junto à Comunidade de Remanescentes do Quilombo Santa Cruz, em Paulo Lopes/SC, que em 2018 foi contemplada com recursos para a construção de 22 moradias (Figura 1).

A realização desta extensão foi marcada por conflitos, avanços e frustrações, tanto internos (da equipe da UFSC), como na relação com as demais instâncias envolvidas. Impôs a reflexão acerca dos limites para a realização do projeto arquitetônico, a organização do canteiro, a atuação profissional e a produção de moradia frente a um grupo social que apresenta especificidades grandes. Tais especificidades ocorrem não somente por serem quilombolas e, por isso, apresentarem formas próprias de manifestação cultural e religiosa ligadas à

ancestralidade e formas específicas de vínculos interpessoais com o território, mas também pelo fato de que cada quilombo, possui em si, dinâmicas e condicionantes próprias, diferentes de outros quilombos, que só puderam ser compreendidas com o avançar do trabalho.

Este artigo apresenta-se, portanto, como o relato crítico de uma experiência, ou seja, uma tentativa de refletir sobre os limites, possibilidades e alcances da extensão universitária e da prática profissional em arquitetura e urbanismo junto às comunidades tradicionais, mais especificamente, de remanescentes de quilombos.

O projeto arquitetônico participativo

Em 2013, o Movimento Negro Unificado (MNU) entrou em contato com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, com o intuito de desenvolver um projeto de moradia que atendesse às demandas das comunidades remanescentes de quilombos de Santa Catarina. A decisão do MNU se fundamentou na urgente necessidade de melhoria da qualidade de vida dos moradores que registravam péssimas condições de moradia, escassez de infraestrutura e de acesso a serviços básicos, além dos vínculos de trabalho sazonais, de baixa remuneração e informais.

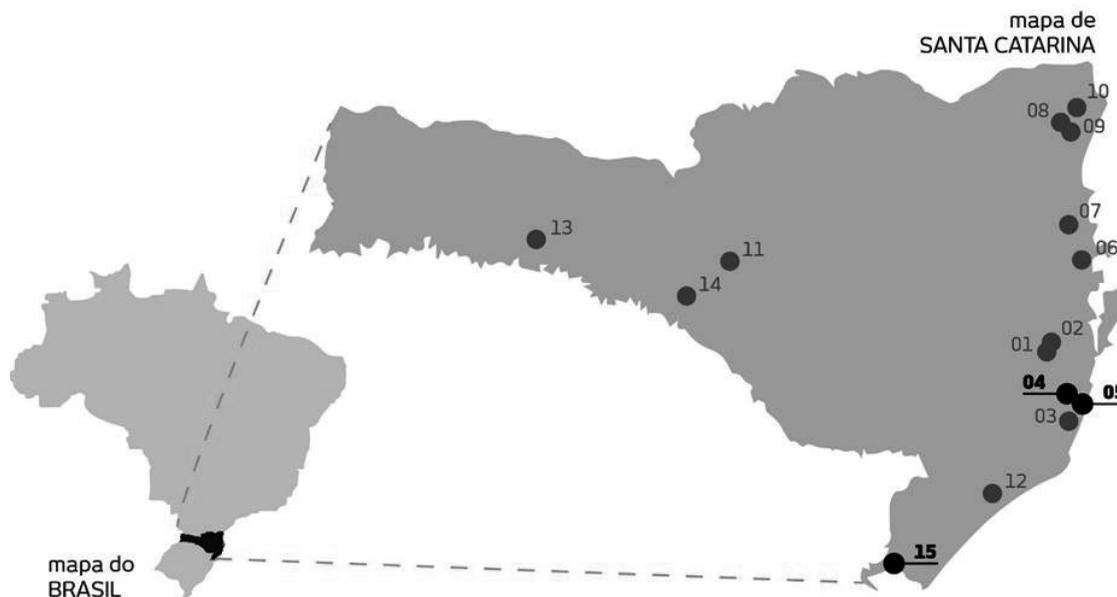


Figura 2. Quilombos em Santa Catarina ligados ao MNU. O autor.

Das quinze comunidades até então articuladas ao MNU, pontuadas na Figura 2, foram elencadas três prioritárias para o projeto, considerando a vulnerabilidade socioeconômica das famílias e sua organização coletiva: Morro do Fortunato (5); São Roque (15) e Santa Cruz (4). A extensão universitária foi desenvolvida de forma participativa nas três comunidades, divididos em quatro encontros: 1) apresentação da equipe, levantamento preliminar de campo e primeiras conversas; 2) reunião para levantar as demandas e prioridades da comunidade; 3) oficina para apresentar proposta preliminar e fomentar discussões de aperfeiçoamento dela; e 4) apresentação, discussão e aprovação da proposta final. A proposta foi aprovada em 2016, ainda sem perspectiva de execução.

No início de 2018, o PNHR abriu a possibilidade de financiamento das moradias. Contudo, foi dado um curto prazo para apresentação de um conjunto complexo de documentos, em uma realidade onde alguns moradores sequer possuem CPF regular. Desta forma, apenas a comunidade da Santa Cruz (Figura 3) conseguiu reunir a documentação necessária, sendo a única beneficiada com o financiamento.

Na comunidade Santa Cruz vivem aproximadamente quarenta famílias organizadas em quatro núcleos familiares, confinados em uma parcela restrita do território original, condição resultante, principalmente, do processo histórico de exclusão socioespacial e grilagem de suas terras ao qual foram e estão submetidos. A Santa Cruz se configura, portanto, não somente como um local de ocupação, mas sim de resistência, necessário para a reprodução de suas existências.

A emergência para submeter o projeto ao PNHR acarretou inconsistências na execução da obra e falta de amadurecimento desses encaminhamentos por parte da comunidade. Além disso, algumas decisões, como a locação das moradias, quais das antigas casas seriam removidas, os acessos, as soluções das redes públicas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica também não puderam ser debatidas, sendo fonte constante de conflitos.

Em relação ao projeto, a limitação de recursos do programa atribuiu rigidez arquitetônica e urbanística, tendo por consequência o abandono de soluções iniciais de conforto ambiental, materialidade, técnicas construtivas e

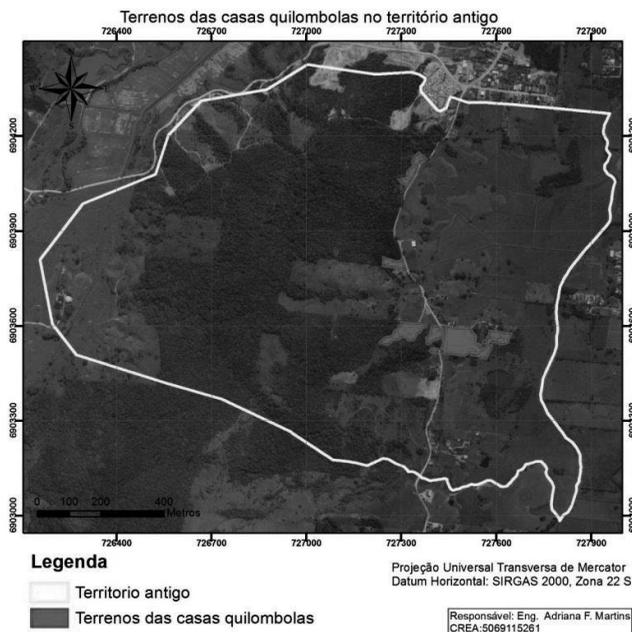


Figura 3. Quilombo Santa Cruz. Rocha et al (2017) fig.19.

qualificações urbanísticas. Além disso, a limitação projetual e orçamentária decorreu inconformidades com as demandas das famílias, como a impossibilidade de inserir fogão a lenha e cozinha generosa, considerados fundamentais ao modo de vida quilombola. Essa relação entre as determinações do programa e a realidade da comunidade condicionou um arranjo institucional complexo para viabilizar a construção das moradias. Observar os agentes envolvidos e suas respectivas funções na Figura 4.

A articulação entre diferentes agentes, apesar de construtiva e necessária, por vezes acarretou conflitos e divergências. Não obstante das controvérsias, na Santa Cruz a viabilização das construções só foi possível pela existência de profissionais competentes e sensíveis, dentre os quais, destaca-se o trabalho obstinado da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Paulo Lopes, das lideranças do MNU e do setor técnico da Gerência de Habitação da CAIXA.

Para além dos conflitos no desenvolvimento da proposta arquitetônica e na viabilização do projeto junto ao PNHR, discute-se agora os caminhos percorridos na execução das moradias, com a reflexão sobre os limites e

possibilidades desta experiência na formação em Arquitetura e Urbanismo.

A execução das moradias

Em um cenário de baixa disponibilidade de recursos financeiros, os regimes de sua aplicação carecem de estratégias específicas e delicadas. A partir do valor de R\$ 34.200,00 por unidade habitacional - UH (incluso 35% para mão de obra), a empreitada global foi a única solução aceita pelos construtores, pois assim cada equipe poderia fazer a gestão dos materiais construtivos com fornecedores de confiança e reduzir os custos pela compra em larga escala. O valor restrito torna a construção inviável e reforça o caráter de exploração da mão de obra e de baixos salários, que Arantes ensina ser "uma 'condição sobredeterminada' pelo conjunto da economia política, um campo de produção extraordinária de mais-valia" (Arantes, 2012 p. 148)⁷.

Em paralelo a gestão de recursos foi necessário indicar a ordem de construção das unidades, pois havia até então apenas 4 equipes de construtores para as 22 UHs. O processo político de decisão foi realizado com a participação da comunidade, dos técnicos e da assistente social. Para nós técnicos, não havia dúvidas que as primeiras casas deveriam ser aquelas com



Figura 4. Arranjo operacional do projeto. O autor.

disponibilidade de terreno plano, pois a construção seria mais rápida e realizada concomitante à terraplanagem para as próximas. Porém, a posição da comunidade, mediada pela assistente social, foi favorável à promoção imediata de moradia às famílias em maior vulnerabilidade. A decisão final, nesta situação, foi uma combinação destes dois critérios e que mais tarde seguiu outras diretrizes a despeito dos núcleos familiares.

Com o início das obras, os construtores passaram a ser os atores que mais adentraram à rotina da comunidade e, por consequência, assumiram a comunicação das demandas dos moradores com as determinações de projetos. Todavia, essa aproximação abriu espaço para alterações na implantação das unidades a depender dos interesses individuais dos moradores, os quais priorizavam o convívio social. No entanto, os locais para implantação eram acordados previamente entre alguns moradores, construtores, prefeitura, assistente social e técnicos, e essas mudanças *in loco* poderiam inviabilizar a construção das próximas casas, dada a escassez de território, ou até mesmo culminar em uma moradia com risco à vida. A agilidade dos construtores e a baixa

periodicidade da fiscalização técnica agravaram esse impasse.

Esta insuficiência no acompanhamento técnico também impossibilitou uma vivência mais expressiva com a comunidade, acarretando morosidade na compreensão das complexas relações pessoais, territoriais e históricas da Santa Cruz, e desencadeando surpresas ao longo da obra. Aliás, não foram poucas as vezes que os moradores afirmaram abdicar da moradia em função da implantação da sua casa em determinado local. A visão tecnicista dos arquitetos relutou a entender como um conflito pessoal sobrepunha a garantia de um direito fundamental - interpretação equivocada que compreende a moradia estritamente como direito, e não necessariamente um lar. Contudo, à medida que algumas casas foram construídas e que os laços afetivos entre os técnicos e a comunidade se estreitaram, foram revelados, parcialmente, os conflitos que imputam ao território Santa Cruz características únicas, como evidencia Rocha et al (2017)⁸:

“O fato de serem negros, viverem desde sempre na localidade da Toca, servirem como mão-de-obra barata – e no passado escrava – das famílias brancas de Paulo Lopes, terem pouco acesso às

políticas públicas – dentre estas à educação –, viverem em núcleos residenciais de famílias extensas, estabelecerem casamentos entre primos, partilharem o cuidado das crianças, ajudarem-se mutuamente no dia a dia e compartilhar momentos festivos – como o são os aniversários –, torna os membros da comunidade quilombola um grupo, em comparação com as demais famílias brancas que vivem nesta região, mas que não participam dessas redes de sociabilidade e organização social” (Rocha et al., 2017, p. 122).

Embora seja complexo aprofundar todos os conflitos que emanam deste projeto de HIS, como a ausência de recurso para viabilização de obras de infraestrutura, essenciais em terrenos acidentados e sem conformação das vias de acesso; o descrédito do poder executivo visto a histórica negação de direitos sociais à comunidade; racismo estrutural dentro das entidades envolvidas que, sem justificativas, travancam processos; relações conflituosas com glebas lindeiras à comunidade (oriundas de grilagem), entre outras situações; é possível identificar a necessidade da mediação dos diferentes interesses e conflitos, em prol de um resultado que atenda às reais demandas da comunidade e as exigências do PNHHR e da CAIXA. Para essa função, é crucial haver agentes que conheçam essas demandas, estejam abertos a compreendê-las e estabeleçam com a comunidade, gradualmente, uma relação de confiança mútua.

Considerações finais

A experiência na Santa Cruz proporciona a reflexão sobre o papel da arquitetura e do arquiteto junto às comunidades tradicionais e permite compreender melhor as possibilidades de atuação profissional na execução de políticas públicas habitacionais. Para estes dois desafios foi necessário recompor o conjunto de conhecimentos e formas de atuação, exigindo um olhar mais sensível, aberto e flexível sobre os limites do conhecimento adquirido no percurso de formação profissional.

A atuação profissional frente a este cenário exige não somente o acúmulo de conhecimento teórico e operacional, mas também boa compreensão do ambiente comunitário e institucional, capacidade de adaptação às contingências, leitura crítica da cultura profissional e nas formas de estruturação dos sistemas de decisão e de controle político, etc. O

sentido de competência, desta forma, parece atrelado a um processo gradual de amadurecimento profissional, que embora não se encerre nas universidades, exige um percurso de formação profissional diferente.

Este amadurecimento, sobretudo em relação a compreensão da comunidade, coloca a vivência como estratégia fundamental do processo. É somente a partir da construção de uma relação saudável, de confiança e de trocas com a comunidade, que será viável produzir arquitetura que satisfaça suas necessidades e colabore na sua autonomia. Entretanto, é essencial estar atento às armadilhas apontadas por Freire (2014)⁹, como a invasão cultural, a objetificação de indivíduos e grupos, a alienação ou absolutização da ignorância

Ao compreender estes desafios e limitações do exercício profissional, percebe-se uma lacuna na formação, sendo a extensão universitária o espaço de experimentação ideal para novos caminhos, reflexões, vivências e proposições que contribuam para a reversão deste cenário. Esta atuação, no entanto, precisa estar atrelada a adoção de princípios como: integração entre teoria e prática; vínculo permanente entre problematização e busca por soluções; proposição de tecnologias sociais e sustentáveis; e defesa da história dos lugares e do direito à memória urbana pelos diferentes grupos sociais.

Evita-se assim, a reprodução da percepção do arquiteto enquanto agente detentor do monopólio do conhecimento na medida em que se compromete com uma relação mais horizontal e aberta nos processos de discussão, com olhar sensível às demandas individuais e coletivas. Longe de significar o enfraquecimento da função social do arquiteto e da arquitetura, esta situação reposiciona sua atuação enquanto importante mediador do processo, onde o conhecimento técnico é relevante – embora não suficiente - para que a tomada de decisão seja a mais esclarecida possível (Figura 5).



Figura 5. Vivências e contrastes na construção das moradias. Acervo do autor.

Endnotes

1. Artigas, João Batista Vilanova. A função social do arquiteto. Nobel, 1989.
2. Ferro, Sérgio. O canteiro e o desenho, 1976. FERRO, S. Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac, 2006.
3. Bonduki, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise social*, p. 711-732, 1994.
4. Valladares, L. P. (1993). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.
5. Cardoso, A. L. (org.) e Lago, L. C. (2013). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
6. Silva, Marlon Lima da; Tourinho, Helena Lúcia Zagury. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. *Cadernos Metrôpole*, v. 17, n. 34, p. 401-417, 2015.
7. Arantes, Pedro Fiori. 2010. "Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda da forma". Tese Doutorado, FAU, USP.
8. Rocha, C. C. da; Silva, J. J.; Mützenberg, B. V. & Martins, A. F. (2017). *Relatório Antropológico da Comunidade Remanescente do Quilombo Santa Cruz (Paulo Lopes/Santa Catarina)*.
9. Freire, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Editora Paz e Terra, 2014.